

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.967 - SP (2019/0081215-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : SPEL EMBALAGENS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : MARCELO TOLEDO MATUOKA E OUTRO(S) - SP288345  
FABIO JOSE OLIVEIRA MAGRO - SP133923  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) -  
SP023134  
DANIEL DE SOUZA - SP150587  
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060  
LUIZ FELIPE PERRONE DOS REIS - SP253676  
GRAZIELA ANGELO MARQUES FREIRE - SP251587  
ABNER ESTEVAN FERNANDES - SP296347  
THIAGO SANTOS ROSA - SP317255

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por SPEL EMBALAGENS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SPEL EMBALAGENS LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes aos subscritores do agravo, Dr. Fabio Jose Oliveira Magro, e do recurso especial, Dr. Marcelo Toledo Matuoka.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fls. 172/173), ficou-se inerte (fl. 174). Dessa forma, o recurso não foi devida e

oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

